

Veículo: Jornal Vanguarda do Norte

Editoria: Economia

Tipo notícia: Reportagem

Página: 1-7

Data de publicação: 17/09/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

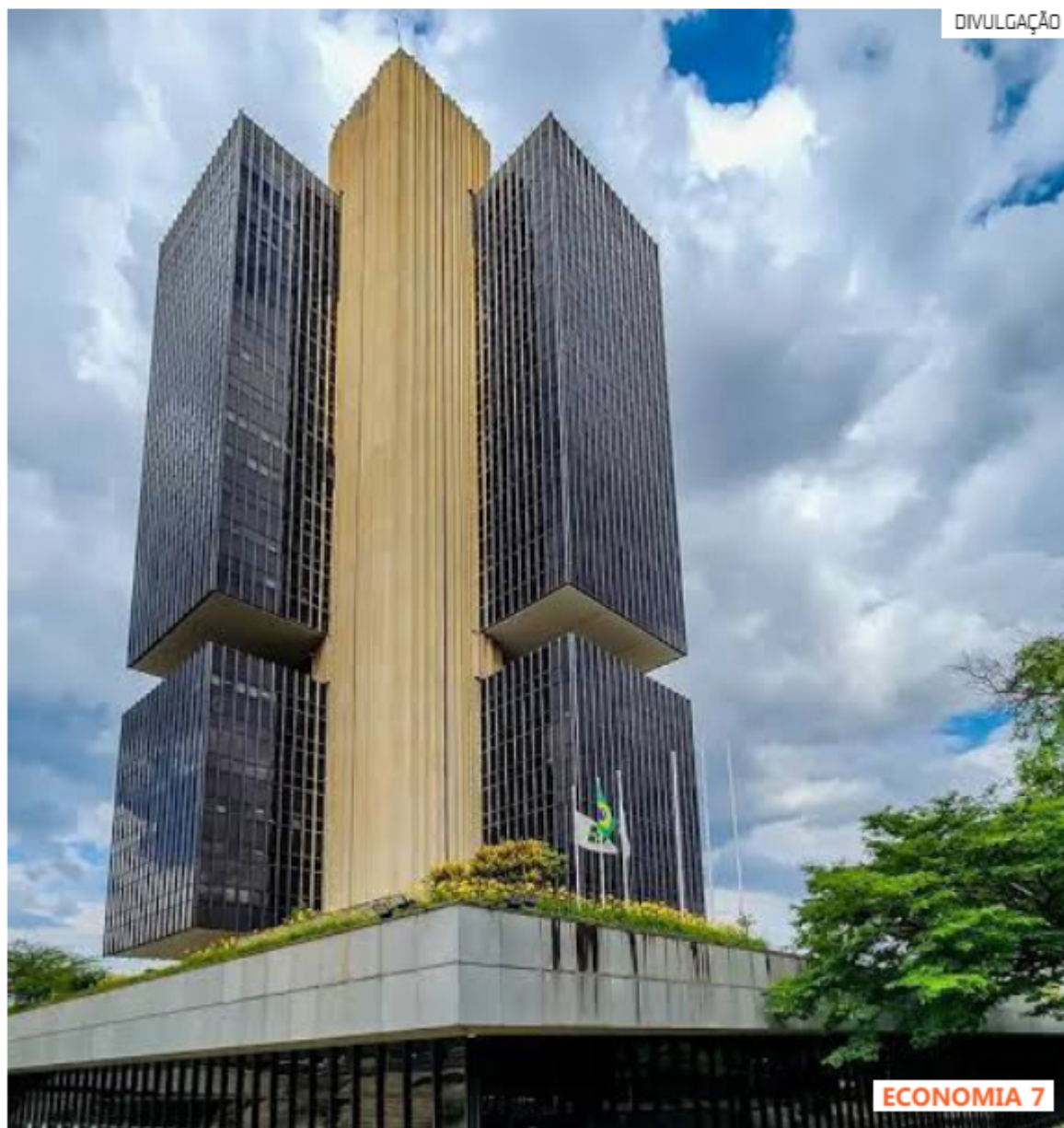
Categorias: Assunto de interesse

Valoração: R\$ 35.774,84

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

Banco Central corta juros em 0,25 ponto pela 5a vez seguida e Selic recua a 13,75%

Banco Central corta juros em 0,25 ponto pela 5ª vez seguida e Selic recua a 13,75%



Banco Central corta juros em 0,25 ponto pela 5a vez seguida e Selic recua a 13,75%

Decisão unânime veio em linha com expectativas do mercado em meios sinais de queda da inflação e desaceleração da atividade. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) voltou a cortar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual nesta quarta-feira (16). Com isso, a Selic está agora no patamar de 13,75%. A decisão foi unânime. "O Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros para 13,75% a.a. e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante", diz o comunicado do Copom. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica sua-vização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego." Esse é o quinto corte seguido feito pelo colegiado de diretores do BC desde março, e esta é a última reunião do Copom antes das eleições. O BC reconhece que o cenário é de riscos "mais elevados que o usual", com a balança pesando mais para tendência de alta da inflação. Ainda assim, sinaliza que a continuidade do ciclo de calibração da política monetária fica dependente da evolução do cenário "à luz de novas informações visando assegurar a convergência da inflação à meta". "O cenário atual, caracterizado por significativo aumento da incerteza, desancoragem das expectativas e riscos elevados em torno do cenário base, demanda serenidade e cautela na condução da política monetária", afirma o colegiado. "O Comitê seguirá acompanhando a evolução do cenário de forma a manter a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta." O movimento vem alinhado com o consenso do mercado, que passou a reforçar suas apostas de flexibilização de juros após uma série de indicadores mostrarem o efeito da política monetária restritiva na queda da inflação e desaceleração da atividade econômica do país. Os analistas também projetam que este será o último corte dos juros pelo Copom neste ano, segundo dados do Boletim Focus publicados nesta semana. As previsões apontam para a retomada do ciclo de flexibilização no ano que vem, com a taxa básica encerrando 2027 em 12%.

Balanço de riscos A balança de riscos do BC foi mantida como em sua última decisão, apontando mais fatores que podem levar à alta dos preços do que para baixa. Entre os elementos inflacionários no radar do Copom, estão: A desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado, com previsões de longo prazo incorporando impactos de segunda ordem por conta dos choques de oferta causados pela guerra do Oriente Médio e pelo El Niño; Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada; Impacto de políticas econômicas externas e internas que tenham efeito inflacionário maior que o esperado. O BC destaca entre os temores uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada; Estímulos à demanda agregada, em particular ao consumo, que tenham como resultado o crescimento da atividade econômica acima do potencial, enfraquecendo a transmissão da política monetária. Já os fatores que podem trazer deflação ao país são: Uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, de modo que afete o cenário de inflação; Desaceleração global mais pronunciada decorrente dos choques da guerra e de um cenário de maior incerteza; Redução nos preços das commodities com efeitos desinflacionários.

Juros altos desaceleram economia Os dados do PIB (Produto Interno Bruto) estimados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) começam a mostrar que a economia brasileira está perdendo fôlego. No segundo trimestre de 2026, o país registrou avanço de 0,5% ante os três meses anteriores, uma desaceleração ante a alta de 1,1% apurada entre janeiro e março. O destaque do indicador foi o consumo das famílias, que caiu 0,4% no período, um reflexo direto dos juros altos. Outro sinal de desaceleração da economia vem do mercado de trabalho. Apesar de registrar desemprego ainda próximo das mínimas históricas, segundo o IBGE, dados do Ministério do Trabalho mostram perda de força nas contratações formais, com julho representando o pior resultado para o mês desde a pandemia. E o impacto chega diretamente ao bolso do consumidor: em julho, a inadimplência da carteira de crédito total do

Sistema Financeiro Nacional avançou para 4,9%, novo recorde da série histórica do BC. O foco da política monetária é o controle da inflação. Não obstante, a inflação tem caído também nos últimos meses, com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mostrando deflação de 0,32% em agosto, após alta de 0,07% no mês anterior.

Economia

Banco Central corta juros em 0,25 ponto pela 5ª vez seguida e Selic recua a 13,75%

Decisão unânime veio em linha com expectativas do mercado em meios sinais de queda da inflação e desaceleração da atividade

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) voltou a cortar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual nesta quarta-feira (16). Com isso, a Selic está agora no patamar de 13,75%. A decisão foi unânime.

"O Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros para 13,75% a.a. e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante", diz o comunicado do Copom.

"Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego."

Esse é o quinto corte seguido feito pelo colegiado de diretores do BC desde março, e esta é a última reunião do Copom antes das eleições.

OBC reconhece que o cenário é de riscos "mais elevados que o usual", com a balança pesando mais para tendência de alta da inflação.

Ainda assim, sinaliza que a continuação do ciclo de calibração da política monetária fica dependente da evolução do cenário "à luz de novas informações visando



Edifício-Sede do Banco Central em Brasília

assegurar a convergência da inflação à meta".

"O cenário atual, caracterizado por significativo aumento da incerteza, desancoragem das expectativas e riscos elevados em torno do cenário base, demanda serenidade e cautela na condução da política monetária", afirma o colegiado.

"O Comitê seguirá acompanhando a evolução do cenário de forma a manter a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta."

O movimento vem alinhado com o consenso do mercado, que passou a reforçar suas apostas de flexibilização de juros após uma série de in-

dicadores mostrarem o efeito da política monetária restritiva na queda da inflação e desaceleração da atividade econômica do país.

Os analistas também projetam que este será o último corte dos juros pelo Copom neste ano, segundo dados do Boletim Focus publicados nesta semana. As previsões apontam para a retomada do ciclo de flexibilização no ano que vem, com a taxa básica encerrando 2027 em 12%.

Balanço de riscos

A balança de riscos do BC foi mantida como em sua última decisão, apontando mais fatores que podem levar à alta dos preços do que

para baixa.

Entre os elementos inflacionários no radar do Copom, estão:

A desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado, com previsões de longo prazo incorporando impactos de segunda ordem por conta dos choques de oferta causados pela guerra do Oriente Médio e pelo El Niño;

Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada;

Impacto de políticas econômicas externas e internas que tenham efeito inflacionário maior que o esperado. O BC destaca entre os temores

uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada; Estímulos à demanda agregada, em particular ao consumo, que tenham como resultado o crescimento da atividade econômica acima do potencial, enfraquecendo a transmissão da política monetária.

Já os fatores que podem trazer deflação ao país são:

Uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, de modo que afete o cenário de inflação;

Desaceleração global mais pronunciada decorrente dos choques da guerra e de um

cenário de maior incerteza; Redução nos preços das commodities com efeitos desinflacionários.

Juros altos desaceleram economia

Os dados do PIB (Produto Interno Bruto) estimados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) começam a mostrar que a economia brasileira está perdendo fôlego.

No segundo trimestre de 2026, o país registrou avanço de 0,5% ante os três meses anteriores, uma desaceleração ante a alta de 1,1% apurada entre janeiro e março. O destaque do indicador foi o consumo das famílias, que caiu 0,4% no período, um reflexo direto dos juros altos.

Outro sinal de desaceleração da economia vem do mercado de trabalho.

Apesar de registrar desemprego ainda próximo das mínimas históricas, segundo o IBGE, dados do Ministério do Trabalho mostram perda de força nas contratações formais, com julho representando o pior resultado para o mês desde a pandemia.

E o impacto chega diretamente ao bolso do consumidor: em julho, a inadimplência da carteira de crédito total do Sistema Financeiro Nacional avançou para 4,9%, novo recorde da série histórica do BC.

O foco da política monetária é o controle da inflação. Não obstante, a inflação tem caído também nos últimos meses, com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mostrando deflação de 0,32% em agosto, após alta de 0,07% no mês anterior.

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impressos/2026/09/17/Ny0xNy0wOS0yMDI2XzExOjAz.png>